

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA POLÍTICA – CEREFPOL

**Requerimento nº /2011
(Do Sr. Luiz Alberto)**

Solicita a realização de Audiência Pública a ser organizada por esta Comissão Especial para subsidiar o debate acerca da Reforma Política.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada por esta Comissão, os seguintes estudiosos:

- Sr. Marcelo Paixão – Professor Adjunto e Pesquisador do LAESER - Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Sr. Cloves Luiz Pereira Oliveira – Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana e Pesquisador associado do Programa A Cor da Bahia da Universidade Federal da Bahia e do Laboratório DOXA do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é um país multirracial e pluriétnico, constituído a partir de contribuição de contingentes populacionais de diferentes origens. Não obstante o reconhecimento formal da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, os indígenas e negros tem experimentado um processo histórico de exclusão que afeta toda a extensão de sua participação social.

Mulheres e homens africanos que chegaram ao Brasil no contexto de uma relação de trabalho de exploração extrema, como é o caso da escravização, nunca tiveram sua contribuição para a produção da riqueza nacional valorizada. Essa condição se

reproduziu através da maneira de como ocorreu a abolição no nosso país, no qual o Estado não tomou medidas para eliminar o racismo e tampouco para evitar a transmissão intergeracional da pobreza, gerando uma desigualdade em todas as esferas.

Estudo publicado pelo IPEA reitera a comprovação de que após a abolição o negro foi obrigado a se inserir em postos de trabalho informal, em péssimas condições, reproduzindo assim as condições de vida precárias, legando a seus descendentes um interminável círculo vicioso de transmissão intergeracional de pobreza (THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.).

Tal condição se manifesta igualmente nas desigualdades a bens e serviços educacionais e de saúde.

Da mesma forma, em termos da participação política e sua representação, as comunidades negras enfrentam enormes obstáculos, dificultando, ou mesmo tornando exceção a presença de mulheres e homens negros em cargos eletivos, seja no Executivo ou no Legislativo. Por isso, os órgãos dessas esferas não refletem a real composição da população brasileira, dado que a população negra no Brasil é composta por 51% (cinquenta e um) por cento, o que representa mais de 90.000.000 (noventa milhões) de brasileiros e brasileiras.

No momento em que esta Casa discute o tema da reforma política, é imperioso discutir os mecanismos a serem adotados a fim de corrigir esse quadro. Nesse sentido, solicito o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento de realização desta Audiência Pública com estudiosos do assunto.

Brasília, 24 de março de 2011.

LUIZ ALBERTO – PT/BA
DEPUTADO FEDERAL